***POLITICA ENERGÉTICA E SEUS IMPACTOS NA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL***

Victor Raul Paredes Castro.

Gerente de Planejamento Empresarial da Bahiagás.

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana

Celular: (71) 99946-1578

E-mail: paredescastro@bahiagas.com.br

##### Resumo

##### O presente trabalho pretende analisar a política energética no Brasil e verificar a sua influência no processo de localização industrial nos estados do Nordeste. Pretendemos entender de que forma esta política energética contribuiu para a diminuir as diferenças regionais no Brasil. Para isso, o trabalho irá abordar o estudo da localização industrial nos estados do Nordeste e fazer uma correlação com a concentração de industrias em determinados municípios. O estudo da Política energética, Localização industrial, PIB industrial, Distribuição de gás natural, terá um embasamento dos principais teóricos locacionais a exemplo de Weber e Perroux. A concentração industrial ajudará a entender que apesar da existência de uma política energética a maioria dos investimentos industriais sempre esteve concentrada no litoral limitando o crescimento em outras regiões. Buscou-se verificar se o peso da indústria fortemente concentrada no litoral é um fator que limita o adensamento das malhas de transporte e distribuição de gás natural no interior dos estados. O período analisado é de 2000 a 2022.

**Introdução**

Este trabalho faz uma análise da política energética e seu impacto na localização industrial. Tendo como base o arcabouço teórico e legal que regula a política energética, sua eficácia será analisada. Será feito um encadeamento da referida política com a produção industrial nos estados do Nordeste para entender como essa política acabou determinando a localização industrial em determinadas regiões. Isso ajudará a entender o porquê da concentração no litoral das redes de transporte e distribuição de gás natural.

##### A primeira parte do trabalho analisará o arcabouço legal e as diversas teorias que tratam da política energética e como estas contribuem para o desenvolvimento do país. A seguir, a segunda parte do trabalho analisa a localização industrial, para entender de que forma a política energética levou a industrias a optar por determinados estados e municípios em relação a outros. A terceira parte do trabalho faz um encadeamento com as duas primeiras. Para isso será feita uma análise da participação percentual do PIB industrial nos municípios que dispõem de rede de distribuição de gás natural nos estados do Nordeste, no intuito de entender se a política energética conseguiu (ou não) expandir a produção industrial no interior dos estados.

**Metodologia**

Na primeira parte do trabalho é feita uma análise da lei 9478/1997 que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE tem a atribuição de propor as políticas nacionais e medidas específicas destinadas entre outras a: assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País; estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externos. Com base nessa lei, será possível entender se a política energética é função do estado uma vez que envolve a área econômica, ambiental, política e social. Como define Queiroz (2016), a oferta de energia é a que garante o aumento de investimentos em diversas atividades econômicas que impacta na esfera distributiva na sociedade, assim, temos uma alta correlação entre a política energética e a política econômica. A política energética é uma intervenção estratégica do estado que sempre precisa ser pensada na perspectiva do conjunto de políticas públicas- e nunca de forma isolada e particular.

A seguir será abordada a teoria de Weber (1929) para entender o processo de localização industrial que explica os diversos fatores na influência na decisão locacional. Também serão analisados os conceitos de Perroux (1967), através dos pólos de desenvolvimento e como a sua implantação constituem peça fundamental para o crescimento econômico. Dentro do pensamento desse autor, é necessária a formulação de eixos de desenvolvimento que levem a uma interrelação de diversos polos industriais em diferentes partes do território, para isso é necessário que existam políticas públicas propulsoras de desenvolvimento que norteariam os investimentos privados.

Para analisar o PIB industrial dos municípios da região nordeste serão utilizados os dados do IBGE ou de entidades governamentais nos estados a exemplo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Estado da Bahia (SEI/BA). Esses dados ajudarão a entender a concentração e localização industrial em cada estado. Finalmente, com os dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) será analisada a participação industrial nos municípios que possuem rede de gás natural.

**Resultados**

Os resultados que serão encontrados descobrirão se a existência de uma alta concentração industrial no litoral dos estados do nordeste é fruto de uma inadequada política energética para a região. Consequentemente, esse cenário dificulta a expansão de redes de transporte e distribuição de gás natural no interior dos estados.

**Conclusões**

Adiantando algumas conclusões, pode-se dizer que a política energética pouco influenciou na disseminação da indústria no interior dos estados do nordeste, salvo alguns setores específicos como a mineração, não houve uma efetiva localização industrial no interior dos estados. Com relação à concentração das redes de transporte e distribuição, apesar de estarem no litoral a participação industrial dos municípios é alta a exemplo do estado da Bahia. De um total de 417 municípios no estado da Bahia, a distribuidora estadual atua em 17 municípios, porém, representam 58% do PIB industrial e 51% do PIB do Estado, mostrando uma alta concentração na atividade econômica.

**Referências**

* Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÀS). (2020). Relatórios de comercialização de gás natural. Rio de Janeiro: ABEGÀS.
* Bianchi, A. M. (2007, August 1). Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade, 16(n.2 (30)), 131–150.
* Federação das Indústrias do Estado da Bahia. (2013). Rômulo, Desenvolvimento regional e industrialização. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).
* Hirschman, A. O. (1958). The strategy of economic development (Yale University Press). New Haven.
* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Produto Bruto Interno dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE. Retrieved from https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-brutodos-municipios.html?=&t=resultados
* Perroux, F. (1967). A economia do século XX. Porto.
* Pinto, J. (2007). Economia da Energia. Rio de Janeiro: Elsevier.
* Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. (1997). LEI No 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997. Brasilia: Casa Civil
* Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2004). LEI No 10.847, DE 15 DE MARÇO DE 2004. Brasilia: Casa Civil.
* Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. (n.d.). PIB Municipal. Retrieved from https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=565&Itemid=301
* Weber, A. (1929). Theory of the Location of Industries. Chicago: University of Chicago Press.